



## 16) Quesitos – Co-autoria

\_\_\_\_.º Tribunal do Júri da Comarca \_\_\_\_.

Processo n.º \_\_\_\_

Autor: Ministério Público<sup>1</sup>

Réu: “R”

### QUESTIONÁRIO

1. O réu “R”, qualificado a fls. \_\_\_\_, no dia \_\_\_\_, às \_\_\_\_ horas, no interior do estabelecimento comercial situado na \_\_\_\_, nesta Comarca, juntamente com terceiras pessoas,<sup>2</sup> desferiu tiros de arma de fogo em “F”, causando-lhe as lesões descritas no laudo necroscópico de fls. \_\_\_\_?

2. Essas lesões deram causa à morte da vítima?

3. Existem atenuantes em favor do réu?<sup>3</sup>

Comarca, data.

\_\_\_\_\_  
Juiz Presidente

<sup>1</sup> Embora constitua praxe forense a utilização da expressão “Justiça Pública”, em verdade, ela inexistente. Quem promove a ação penal é o Ministério Público. Quem aplica a lei ao caso concreto, realizando justiça é o Poder Judiciário. Logo, não há “Justiça Pública”, como sinônimo de órgão acusatório.

<sup>2</sup> É a referência indeterminada a outros co-autores. Cada qual terá sua série própria a respeito do homicídio praticado. Os jurados podem absolver um e condenar outro(s).

<sup>3</sup> Este é um quesito genérico e obrigatório (art. 484, parágrafo único, III, CPP). Consultar a nota 342 ao art. 484 do nosso *Código de Processo Penal comentado*.